



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

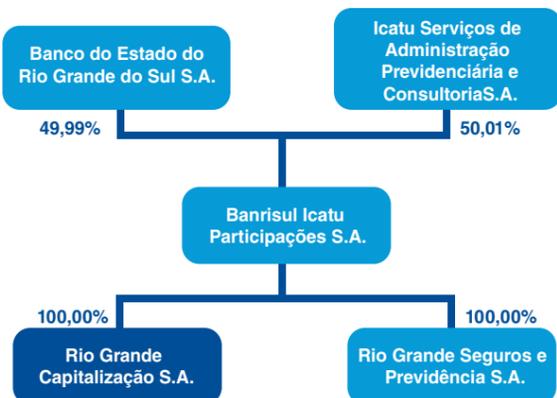
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Em 30 de setembro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora indireta da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia tem como objeto a negociação de seguros de vida e previdência, majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul.

2. Desempenho nas Operações de Seguros e Previdência complementar aberta

A Companhia teve um ano de recuperação no segmento de Vida, pós pandemia, como apresentado a seguir:

2.1. Operação e Patrimônio

Durante 2023, os prêmios ganhos foram de R\$ 711.323 (R\$ 691.552, em 2022), representando um aumento de 2,8%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$114.906 (R\$161.586, em 2022), que representa uma sinistralidade de 16,1% em 2023 (23,4% em 2022), uma redução de 7,3 pontos percentuais (p.p.). Os custos de aquisição de seguros foram de R\$ 234.327 (R\$ 230.782 em 2022), que representa um índice de comissionamento de 32,9% em 2023 (33,3% em 2022), sem alteração expressiva.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência, em 2023 foi de R\$ 1.485.657(R\$ 884.913 em 2022).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2023, alcançou R\$ 346.604 (R\$ 280.922 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 6.012.223 (R\$ 3.949.214 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 52,24%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023, atingiu o montante de R\$ 169.292 (R\$ 136.298 em 31 de dezembro de 2022).

2.2. Despesas Administrativas, Resultado Financeiro e Solvência

Em 2023, as despesas administrativas foram de R\$ 140.474 (R\$ 136.997 em 31 de dezembro de 2022), sendo 20,1% da receita bruta (19,3% em 2022).

Em 2023, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 36.195 (R\$ 34.262 em 2022), representando um aumento de 5,3%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – Selic – que afetou positivamente as aplicações financeiras da Companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 156.691 em 31 de dezembro de 2023 (R\$94.002 em 31 de dezembro de 2022), apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 173%, (146% em 31 de dezembro de 2022).

3. Política de Dividendos e Destinação do Lucro Líquido Anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido no ano	122.332	88.588
Base para a distribuição de dividendos	122.332	88.588
Dividendo mínimo obrigatório	61.166	44.294
Total destinação do lucro líquido	122.332	88.588
Constituição de reserva estatutária	61.166	18.588
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	–	40.000
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	61.166	4.294
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	–	25.706
Dividendos intermediários pagos - a contar do mínimo obrigatório	65.000	40.000
Oriundos do lucro do exercício	50.000	40.000
Com baixa de reserva de lucros	15.000	–

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2023 e de 2022 respectivamente.

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 01 de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento inicial dos riscos de sustentabilidade. Em linha com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos – em fevereiro de 2023. Ao longo do ano, o processo de inserção dos riscos de sustentabilidade no sistema de controles internos (SCI) e na estrutura de gestão de riscos (EGR) avançou, com conclusão prevista em 28 de fevereiro de 2024. A primeira divulgação do relatório de sustentabilidade está prevista para o ano de 2025.

Em 2023, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$126.754 em sinistros pagos (R\$ 180.112 em 2022), R\$ 95.000 (R\$ 137.997 em 2022) em pagamentos de dividendos, R\$ 128.219 (R\$ 126.659 em 2022) pagos a serviços de parceiros terceirizados, R\$ 33.406 (R\$ 29.959 em 2022) em tributos indiretos e R\$ 81.277 (R\$ 59.718 em 2022) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.283, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração, requeridos pelo órgão regulador.

6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
CIRCULANTE	5.961.478	3.814.616
Disponível	39.839	20.125
Caixa e bancos	7.213	13.277
Equivalente de caixa	Nota 5	32.626
Aplicações	Nota 5	5.802.605
Créditos das operações com seguros e resseguros	41.765	48.477
Prêmios a receber	Nota 6	27.386
Operações com seguradoras	Nota 7	8.136
Operações com resseguradoras	Nota 8	6.243
Créditos das operações com previdência complementar	83	82
Outros créditos operacionais	Nota 9	34.897
Ativos de resseguro	Nota 10	11.835
Títulos e créditos a receber		4.672
Títulos e créditos a receber		3.829
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	843
Outros créditos		–
Despesas antecipadas		1
Administrativas		1
Custos de aquisição diferidos	25.781	30.800
Seguros	Nota 17	25.753
Previdência	Nota 18	28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	50.745	134.598
Realizável a longo prazo		50.328
Aplicações	Nota 5	–
Ativos de resseguro	Nota 10	4.621
Títulos e créditos a receber		20.354
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	7.636
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 21.4	12.718
Outros bens e valores		210
Ativos de direito de uso		210
Custos de aquisição diferidos	25.143	29.073
Seguros	Nota 17	25.110
Previdência	Nota 18	33
Imobilizado		326
Intangível		91
TOTAL DO ATIVO	6.012.223	3.949.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO		
CIRCULANTE	1.279.198	935.702
Contas a pagar	44.150	25.239
Obrigações a pagar	Nota 12	31.343
Impostos e encargos sociais a recolher		3.487
Impostos e contribuições	Nota 13	8.801
Outras contas a pagar		519
Débitos de operações com seguros e resseguros	42.685	25.576
Prêmios a restituir		50
Operações com seguradoras		6.002
Operações com resseguradoras	Nota 14	10.199
Corretores de seguros e resseguros	Nota 15	26.434
Débitos de operações com previdência complementar	529	119
Depósitos de terceiros	Nota 16	7.930
Provisões técnicas - seguros	Nota 17	1.134.436
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	49.288
Outros débitos		180
Passivo de arrendamento		180
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.563.733	2.877.214
Contas a pagar		10.965
Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 21.3	10.965
Provisões técnicas - seguros	Nota 17	4.351.143
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	199.815
Outros débitos - provisões judiciais		1.810
Provisões judiciais	Nota 21.2	1.810
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.292	136.298
Capital social		72.188
Reservas de lucros		98.108
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.004)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.012.223	3.949.214

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	698.667	708.681
Contribuições para cobertura de riscos	4.654	2.768
Varição das provisões técnicas	8.002	(19.897)
Prêmios ganhos	711.323	691.552
Sinistros ocorridos	Nota 25.2	(114.906)
Custos de aquisição	Nota 25.3	(234.327)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 25.4	(31.707)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	330.383	269.519
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	(5.310)	(229)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	2.056.856	1.263.509
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.513.474)	(923.872)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	543.382	339.637
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	28.784	18.950
Varição de outras provisões técnicas	Nota 25.7	(543.600)
Custo de aquisição	(12.201)	(7.203)
Outras receitas (despesas) operacionais	(144)	13
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	16.221	11.403
Despesas administrativas	Nota 25.8	(140.474)
Despesas com tributos	Nota 25.9	(35.162)
Resultado financeiro	36.195	34.262
RESULTADO OPERACIONAL	201.853	147.131
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	–	307
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	201.853	147.438
Imposto de renda	Nota 26	(48.787)
Contribuição social	Nota 26	(30.734)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	122.332	88.588
Quantidade de ações	2.091	2.091
Lucro líquido do exercício por ação - R\$	58,50	42,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	122.332	88.588
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.368	(74)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	2.281	(124)
Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL	(913)	50
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	123.700	88.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 01 de janeiro de 2022	72.188	14.438	57.761	16.400	(2.298)	–	158.489
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	(74)	–	(74)
Dividendos declarados e pagos - AGE 20/07/2022	–	–	(50.000)	–	–	–	(50.000)
Dividendos intermediários pagos - AGE 30/11/2022	–	–	–	–	–	(40.000)	(40.000)
Dividendos adicionais propostos	–	–	(11)	(16.400)	–	–	(16.411)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	88.588	88.588
Destinação do lucro líquido							
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(4.294)	(4.294)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	25.706	–	(25.706)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	18.588	–	–	(18.588)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.188	14.438	26.338	25.706	(2.372)	–	136.298
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	1.368	–	1.368
Dividendos declarados e pagos - AGE 31/03/2023	–	–	–	(25.706)	–	–	(25.706)
Dividendos antecipados declarados e pagos - AGE 31/08/2023	–	–	(3.834)	–	–	–	(3.834)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	122.332	122.332
Destinação do lucro líquido							
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(61.166)	(61.166)
Constituição de reserva estatutária	–	–	61.166	–	–	(61.166)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.188	14.438	83.670	–	(1.004)	–	169.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	122.332	88.588
Ajustes para:	2.813.795	1.856.708
Depreciação e amortizações	281	364
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	(307)
Despesas de juros	6	7
Varição das provisões técnicas - seguros	2.672.557	1.738.241
Varição das provisões técnicas - previdência	60.630	60.416
Varição de impostos sobre o lucro	80.321	57.987
Varição nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(2.031.023)	(1.191.964)
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.712	(2.681)
Créditos das operações com previdência complementar	(1)	(12)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(2.994)	(727)
Créditos tributários e previdenciários	204	(58)
Ativo fiscal diferido	40	351
Depósitos judiciais e fiscais	(10)	(1.801)
Despesas antecipadas	646	-
Custos de aquisição diferidos	8.949	3.352
Outros ativos	(24.366)	45.969
Outros valores e bens - direito de uso	(210)	-
Outras contas a pagar	21.203	(15.282)
Débitos de operações com seguros e resseguros	17.109	(14.977)
Débitos de operações com previdência complementar	410	(36)
Depósitos de terceiros	(756)	7.250
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(712.057)	(566.775)
Provisões técnicas - previdência complementar	(29.338)	(23.690)
Provisões judiciais	1.434	(16)
Passivos de arrendamento	438	(438)
Caixa gerado pelas operações	192.517	183.761
Juros pagos	-	5
Tributos sobre o lucro pagos	(77.390)	(57.368)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	115.127	126.398
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(108)	(100)
Intangível	(47)	1.374
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(155)	1.274
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(95.000)	(137.997)
Pagamento de passivo por arrendamento	(258)	(244)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(95.258)	(138.241)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	19.714	(10.569)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.125	30.694
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.839	20.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 01 de outubro de 2023 a Icatu Consultoria de Investimento S.A., controladora da companhia foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (Notas 3.3 e 4.1.1.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.4.2 e 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.15, 17 e 18).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguros, além das comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.

- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.
- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando as decisões de compra e venda são baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, todas as operações são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determinável e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "Passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais direitos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como spread.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato de arrendamento, que está enquadrado na categoria de imóvel referente ao aluguel da matriz em Porto Alegre.

3.7. Redução ao valor recuperável

3.7.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Esse estudo é revisado, no mínimo, semestralmente.

3.7.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.8. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.8.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam

ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar - obrigações fiscais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Quando necessário o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

3.11. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação. Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.6.

3.12. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, por meio de estudo próprio. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.13. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.13.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

3.13.2. Provisões de Benefícios Concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e o indexador definidos em cada uma das ações para os judiciais.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados.
- e, os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com aqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

3.13.5. Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG - RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

(I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.

(II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.13.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.13.7. Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras.

3.13.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base a parte do percentual contratual referente a prestação de serviços firmado entre as empresas do Grupo Icatu, Icatu Assessoria S.A., referente aos custos com sinistros e benefícios.

3.13.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.13.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.14.

3.14. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutas de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSB-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data base. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSB-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram consideradas as seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade
Vida em Grupo	15,70%
Prestamista	20,92%
Acidentes Pessoais	5,28%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. No que diz respeito a resseguro, os fluxos consideram uma projeção de repasse de prêmio de resseguro, com base nos últimos 12 meses, a ser aplicada sobre o fluxo do passivo e a sinistralidade é mensurada com base nos sinistros ocorridos que foram cobertos pelos contratos.

3.14.1. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2023 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. Ou seja, o resultado do teste foi negativo, o qual não gerou a necessidade de constituição de PCC.

3.15. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, Teste de Adequação de Passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões civis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.16. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

• Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas e teste de adequação de passivos.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas demonstrações.

3.16.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedged*.

A SUSEP referendou o CPC 48 através do normativo Circular SUSEP nº 678/2022 que entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2024.

3.16.2. CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado abaixo:

• As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

• A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

• A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na Declaração de Apetite de Riscos.

Todas as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição a perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 275.014, correspondentes a 78,88% (R\$ 280.665 correspondentes a 92,40% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 72.635 (R\$ 22.208 em 31 de dezembro de 2022).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 5.486.589 (R\$ 3.472.404 em 31 de dezembro de 2022).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 993 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 874 em 31 de dezembro de 2022). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua política de resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês da Companhia, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro da Companhia é

automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2023:

Tipo Ressegurador Rating	31/12/2023		31/12/2022	
	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)
Admitida A+ pela Standard & Poor's	-	0,00%	9	0,03%
Admitida AA- pela Standard & Poor's	8.335	36,65%	4.679	18,32%
Eventual A+ pela Standard & Poor's	11	0,05%	11	0,04%
Eventual AA- pela Standard & Poor's	380	1,67%	1.585	6,21%
Local AA- pela Standard & Poor's	5.786	25,44%	12.401	48,56%
Local A- pela A. M. Best Company	2.697	11,86%	4.778	18,71%
Local B++ pela A. M. Best Company	5.536	24,34%	2.072	8,11%
Total	22.745	100,00%	25.535	100,00%

4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a unidade de gestão de riscos, e revista anualmente. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico.

Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;

- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

Fatores de Risco DIV-01	31/12/2023		31/12/2022	
	EWMA	VaR	Exposição DIV-01	EWMA
Pré-fixado - DI	- 0,95	-	-	0,95
Taxa referencial	- 0,95	-	-	0,95
IGPM	- 0,95	-	-	0,95
IPCA	(5) 0,95	843	83.110	(11) 0,95
Ações	- 0,95	-	-	0,95

4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos da Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais de seus fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2023		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Caixa e bancos	7.213	-	7.213
Equivalente de caixa	32.626	-	32.626
Aplicações financeiras	1.073.797	1.068.378	3.660.430
Total de ativos	1.206.888	1.090.665	3.663.118
Crédito das operações de seguros e previdência	76.745	-	76.745
Ativos de resseguro - provisões técnicas	11.835	1.933	2.688
Títulos e créditos a receber	4.672	20.354	-
Total de passivos	1.206.888	1.090.665	3.663.118
Contas a pagar	44.150	10.965	55.115
Provisões técnicas	1.183.724	1.278.193	3.272.765
Débito das operações	43.214	-	43.214
Depósitos de terceiros	7.930	-	7.930
Total de passivos	1.279.018	1.289.158	3.272.765

Ativos e passivos	31/12/2022		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Caixa e bancos	13.277	-	13.277
Equivalente de caixa	6.848	-	6.848
Aplicações financeiras	769.674	551.466	2.448.162
Total de ativos	849.800	551.466	2.468.287
Crédito das operações de seguros e previdência	61.080	-	61.080
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8.796	1.807	2.859
Títulos e créditos a receber	24.403	-	24.403
Total de passivos	849.800	551.466	2.468.287
Contas a pagar	25.239	10.030	35.269
Provisões técnicas	876.082	925.885	1.940.923
Débito das operações	25.695	-	25.695
Depósitos de terceiros	8.686	-	8.686
Total de passivos	935.702	935.915	1.940.923

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco operacional

Risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição
É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de contratos de seguros, mantendo os riscos bem administrados pela entidade, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve contratos de seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

4.1.1.6. Gestão de capital
A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos
Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pela equipe de gestão de riscos e controles internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a administração da Companhia e, em seguida, avaliados e tratados conforme níveis de criticidade apurados.

5. Aplicações financeiras
As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$32.626 (R\$ 6.848 em 31 de dezembro de 2022).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 84.708 (R\$ 82.971 em 31 de dezembro 2022). Dessa forma, as perdas não realizadas, registradas como ajustes de avaliação patrimonial, representam R\$ 1.673, brutos de tributos e R\$ 1.004, líquidos de tributos (ganho de R\$ 3.954, brutos de tributos e R\$ 2.372, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2022).

5.1. Saldos de aplicações financeiras
A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-bases de 31 de dezembro de 2023 e de dezembro de 2022, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado anteriormente.

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2023			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	-	267.542	267.542
Prestamista	-	295.285	295.285
Acidentes pessoais	-	95.986	95.986
Outros	-	37.643	37.643
Total seguros	-	696.456	696.456

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2022			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	61.163	186.952	248.115
Prestamista	3.513	294.960	298.473
Acidentes pessoais	16.961	81.926	98.887
Outros	-	37.296	37.296
Total seguros	81.637	601.134	682.771

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2023			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	-	267.542	267.542
Prestamista	-	295.285	295.285
Acidentes pessoais	-	95.986	95.986
Outros	-	52.510	52.510
Total seguros	-	711.323	711.323

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2022			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	60.338	189.197	249.535
Prestamista	1.261	299.300	300.561
Acidentes pessoais	16.778	82.306	99.084
Outros	-	42.372	42.372
Total seguros	78.377	613.175	691.552

31/12/2023							
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/valor de mercado	Percentual contábil das aplicações/Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:							
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		1.076	-	-	-	1.076	0,02%
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		100.959	888.727	4.181.623	547.185	5.718.494	98,00%
Quotas de fundos (PGBL/VGDL)		100.956	792.820	4.045.628	547.185	5.486.589	94,03%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	55.984	135.995	-	191.979	3,29%
Operações compromissadas	SELIC	-	40.009	-	-	40.009	0,69%
Outros		3	(86)	-	-	(83)	0,00%
Total		102.035	888.727	4.181.623	547.185	5.719.570	98,02%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:							
Operações compromissadas	SELIC	-	32.626	-	-	32.626	0,56%
Total		-	32.626	-	-	32.626	0,56%
III. Títulos disponíveis para venda:							
Quotas de fundos de investimento - exclusivos							
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 3,20%	-	83.035	-	-	83.035	1,42%
Total		-	83.035	-	-	83.035	1,42%
Total das aplicações financeiras Circulante		102.035	1.004.388	4.181.623	547.185	5.835.231	100,00%
Circulante		102.035	1.004.388	4.181.623	547.185	5.835.231	100,00%
Não Circulante		-	-	-	-	-	0,00%

31/12/2022							
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações/Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:							
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		727	-	-	-	727	0,02%
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos bloqueio judicial		225	-	-	-	225	0,01%
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		73.447	695.275	2.607.886	312.726	3.689.334	97,70%
Quotas de fundos (PGBL/VGDL)		73.437	611.138	2.475.103	312.726	3.472.404	91,96%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	68.865	132.783	-	201.648	5,34%
Operações compromissadas	SELIC	-	15.360	-	-	15.360	0,41%
Outros		10	(88)	-	-	(78)	0,00%
Total		74.399	695.275	2.607.886	312.726	3.690.286	97,73%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:							
Operações compromissadas	SELIC	-	6.848	-	-	6.848	0,18%
Total		-	6.848	-	-	6.848	0,18%
III. Títulos disponíveis para venda:							
Quotas de fundos de investimento - exclusivos							
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 3,20%	-	-	79.017	-	79.017	2,09%
Total		-	-	79.017	-	79.017	2,09%
Total das aplicações financeiras Circulante		74.399	702.123	2.686.903	312.726	3.776.151	100,00%
Circulante		-	-	-	-	3.696.909	97,90%
Não Circulante		-	-	-	-	79.242	2,10%

5.2. Movimentação por categorias de aplicações financeiras			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2022	2.499.438	104.675	2.604.113
(+) Aplicações	1.889.595	-	1.889.595
(-) Resgates	(1.040.528)	(34.945)	(1.075.473)
(+) Rendimentos	348.629	9.411	358.040
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(124)	(124)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	3.697.134	79.017	3.776.151
(+) Aplicações	2.731.068	-	2.731.068
(-) Resgates	(1.241.668)	(4.704)	(1.246.372)
(+) Rendimentos	565.662	6.441	572.103
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	2.281	2.281
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	5.752.196	83.035	5.835.231

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo
Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

31/12/2023			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Ações de cias abertas	909	-	909
Opções	-	(4)	(4)
Letras financeiras do tesouro	3.147.011	-	3.147.011
Notas do tesouro nacional	410.902	-	410.902
Letras do tesouro nacional	255.720	-	255.720
Debêntures de distribuição pública	-	1.015.593	1.015.593
Operações compromissadas	357.154	-	357.154
Letras financeiras	-	395.355	395.355
Certificados de depósito bancário	-	18.012	18.012
Fundos de investimento não exclusivos	-	1.076	1.076
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	95.911	95.911
Fundos de investimento de renda fixa	-	7.212	7.212
Certificados de recebíveis imobiliários	-	54.511	54.511
Outras aplicações	-	(7.166)	(7.166)
II. Títulos disponíveis para venda:	83.035	-	83.035
Notas do tesouro nacional	83.035	-	83.035
Total (I + II)	4.254.731	1.580.500	5.835.231

31/12/2022			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Ações de cias abertas	1.102	-	1.102
Opções	(2)	106	104
Letras financeiras do tesouro	2.158.915	-	2.158.915
Notas do tesouro nacional	321.167	-	321.167
Letras do tesouro nacional	171.910	43.494	215.404
Debêntures de distribuição pública	-	334.181	334.181
Operações compromissadas	355.197	-	355.197
Letras financeiras	-	170.635	170.635
Certificados de depósito bancário	-	6.447	6.447
Fundos de investimento não exclusivos	-	727	727
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	73.553	73.553
Notas promissórias	-	35.543	35.543
Certificados de recebíveis imobiliários	-	27.670	27.670
Outras aplicações	-	(3.736)	(3.736)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos bloqueio judicial	-	225	225
II. Títulos disponíveis para venda:	79.017	-	79.017
Notas do tesouro nacional	79.017	-	79.017
Total (I + II)	3.087.306	688.845	3.776.151

6. Prêmios a receber
6.1. Composição do saldo de prêmios a receber
A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Prestamista	6.261	7.769
Auxílio funeral	292	221
Acidentes pessoais coletivo	5.816	6.367
Vida em grupo	14.859	14.766
Outros	593	46
Total de prêmios a receber bruto	27.821	29.169
Provisão para redução ao valor recuperável	(435)	(168)
Total de prêmios a receber	27.386	29.001

6.2. Movimentação de prêmios a receber
A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	29.169	26.933
(+) Prêmios emitidos	621.219	727.678
(+) IOF	4.369	4.017
(-) Prêmios cancelados	(35.295)	(18.997)
(-) Recebimentos	(591.641)	(710.462)
Prêmios a receber bruto	27.821	29.169
Saldo inicial	(168)	(71)
(-) Constituição	(4.016)	(1.417)
(+) Reversão	3.749	1.320
Provisão para redução ao valor recuperável	(435)	(168)
Prêmios a receber líquidos	27.386	29.001

6.3. Idade dos prêmios a receber
Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2023			
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	27.353	(27)	27.326
Vencidos			
1 até 30 dias	96	(45)	51
31 até 60 dias	37	(28)	9
Acima de 60 dias	335	(335)	-
Total	27.821	(435)	27.386

31/12/2022			
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	28.970	(19)	28.951
Vencidos			
1 até 30 dias	75	(27)	48
31 até 60 dias	11	(9)	2
Acima de 60 dias	114	(114)	-
Total	29.170	(168)	29.001

7. Crédito das operações - operações com seguradoras
As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de cosseguro aceito	8.141	7.409
Redução ao valor recuperável	(5)	(5)
Total	8.136	7.404



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro. Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários.

	31/12/2022	Consti- tução	Realização/ Reversão	31/12/2023
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido – diferença temporária	2.115	10.329	(10.499)	1.945
Diferenças temporárias	1.127	1.703	(1.302)	1.528
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	988	8.626	(9.197)	417
Contribuição social diferida – diferença temporária	1.269	6.206	(6.306)	1.169
Diferenças temporárias	675	1.030	(788)	917
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	594	5.176	(5.518)	252
PIS e COFINS diferidos – diferença temporária	5.203	567	(1.248)	4.522
PIS e COFINS diferidos	5.203	567	(1.248)	4.522
Total de créditos fiscais diferidos	8.587	17.102	(18.053)	7.636
Total de créditos e débitos diferidos	8.587	17.102	(18.053)	7.636

	01/01/2022	Consti- tução	Realização/ Reversão	31/12/2022
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido – diferença temporária	1.743	14.324	(13.952)	2.115
Diferenças temporárias	786	1.099	(758)	1.127
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	957	13.225	(13.194)	988
Contribuição social diferida – diferença temporária	1.046	8.594	(8.371)	1.269
Diferenças temporárias	471	659	(455)	675
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	575	7.935	(7.916)	594
PIS e COFINS diferidos – diferença temporária	6.149	395	(1.341)	5.203
PIS e COFINS diferidos	6.149	395	(1.341)	5.203
Total de créditos fiscais diferidos	8.938	23.313	(23.664)	8.587
Total de créditos e débitos diferidos	8.938	23.313	(23.664)	8.587

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31 de dezembro de 2023 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias – 2023 a 2033	2023*	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2033	Total geral
	643	147	171	196	196	220	1.516	2.446
		6%	7%	8%	8%	9%	62%	100%

(*) 2023 não compõe o total das diferenças temporárias. A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda/Contribuição social		
Provisão para contingências fiscais	48	42
Outras provisões	3.033	1.031
Fundo de marketing	795	2.000
PIS COFINS diferido	(4.522)	(5.203)
Atualização depósito judicial	(4.209)	(3.395)
COFINS exigibilidade suspensa	9.433	8.628
PIS exigibilidade suspensa	1.533	1.402
Total das provisões temporárias	6.111	4.505
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	1.528	1.127
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	918	675
Total	2.446	1.802

12. Obrigações a pagar

Obrigações a pagar classificadas no passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores (a)	9.819	9.728
Dividendos a pagar (b)	–	4.294
Pagamentos a realizar (c)	20.372	–
Provisão fundo de marketing	795	2.000
Outras contas a pagar	357	162
Total	31.343	16.184

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A.; (b) Em 2023 os dividendos foram pagos dentro do exercício; (c) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	31/12/2023	31/12/2022
IR	3.316	1.777
CSLL	2.971	1.659
COFINS	2.163	2.094
PIS	351	340
Total	8.801	5.870

14. Débito das operações – operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de resseguro cedido a pagar	10.456	8.965
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	10.199	8.708

15. Débito das operações – corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e pró-labores à corretores pelos contratos de seguros, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões a pagar seguros (a)	16.888	747
Comissões riscos emitidos	112	66
Comissões direto RVNE	8.511	8.597
Comissões cosseguro aceito	418	4.336
Comissões cosseguro aceito RVNE	505	428
Total corretores de seguros e resseguros	26.434	14.174

(a) Comissões a pagar relacionadas a operação de seguro direto. Em 2022 houve a antecipação de diversos pagamentos para entrada do novo sistema financeiro SAP.

16. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
1 até 30 dias	6.882	8.345
31 até 60 dias	159	91
61 até 120 dias	54	57
121 até 180 dias	39	1
181 até 365 dias	181	38
Acima de 365 dias	615	154
Total	7.930	8.686

17. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As Provisões técnicas referentes aos contratos de seguros emitidos pela Companhia, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022			
Provisões Técnicas - Seguros	Pessoas	Sobrevivência	Total	Pessoas	Sobrevivência	Total
Circulante						
Prêmios não ganhos	50.886	–	50.886	51.247	–	51.247
Prêmios não ganhos - RVNE	13.297	–	13.297	13.045	–	13.045
Sinistros a liquidar administrativo	32.823	3	32.826	36.956	–	36.956
Sinistros a liquidar judicial	3.604	–	3.604	3.913	–	3.913
Excedente técnico	79	–	79	79	–	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	29.460	–	29.460	30.950	–	30.950
Benefícios a conceder	–	997.510	997.510	–	686.192	686.192
Benefícios concedidos	–	158	158	–	131	131
Resgates e/ou outros valores a regularizar	–	4.935	4.935	–	4.846	4.846
Provisão para despesas relacionadas	1.680	1	1.681	1.477	1	1.478
Total	131.829	1.002.607	1.134.436	137.667	691.170	828.837
Não Circulante						
Prêmios não ganhos	64.611	–	64.611	72.505	–	72.505
Sinistros a liquidar administrativo	2.329	–	2.329	3.013	–	3.013
Sinistros a liquidar judicial	10.156	–	10.156	11.618	–	11.618
Sinistros ocorridos mas não avisados	18.838	–	18.838	25.448	–	25.448
Benefícios a conceder	–	4.252.544	4.252.544	–	2.581.390	2.581.390
Benefícios concedidos	–	1.833	1.833	–	1.311	1.311
Provisão para despesas relacionadas	822	10	832	953	4	957
Total	96.756	4.254.387	4.351.143	113.537	2.582.705	2.696.242
Total Geral	228.585	5.256.994	5.485.579	251.204	3.273.875	3.525.079

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas	31/12/2022	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2023
Prêmios não ganhos	127	141	(141)	–	127
Benefícios a conceder	204.821	44.910	(37.378)	24.182	236.535
Benefícios concedidos	9.934	995	(1.638)	55	9.346
Sinistro a liquidar	864	395	(325)	3	937
Sinistros ocorridos mas não avisados	1.310	2.118	(1.536)	–	1.892
Resgates e/ou outros valores a regularizar	690	2.586	(3.089)	–	187
Provisão de despesas relacionadas	62	26	(11)	–	77
Provisão de excedente financeiro	3	69	(70)	–	2
Total	217.811	51.240	(44.188)	24.240	249.103

Provisões Técnicas	01/01/2022	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2022
Prêmios não ganhos	103	151	(127)	–	127
Benefícios a conceder	170.026	45.634	(31.716)	20.877	204.821
Benefícios concedidos	9.178	1.119	(1.276)	913	9.934
Sinistro a liquidar	873	3.045	(3.078)	24	864
Sinistros ocorridos mas não avisados	707	650	(47)	–	1.310
Resgates e/ou outros valores a regularizar	176	3.301	(2.787)	–	690
Provisão de despesas relacionadas	22	41	(1)	–	62
Provisão de excedente financeiro	–	6	(3)	–	3
Total	181.085	53.947	(39.035)	21.814	217.811

	01/01/2022	Constituições	Amortizações	31/12/2022	Amortizações	31/12/2023
Custo de aquisição diferido	110	9	(26)	93	(32)	61
Total	110	9	(26)	93	(32)	61
Circulante	34	5	(2)	37	(9)	28
Não circulante	76	4	(24)	56	(23)	33

18.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos, um stress de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado. Em 31 de dezembro de 2023, o choque na Taxa ETJ não gerou necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Por esse motivo, não houve impacto no resultado.

19. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	131.848	125.956	823.995
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	179.205	140.297	–	710.105
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.469	180.925	–	–	567.739
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.964	101.932	–	–	–	385.443
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.760	97.235	–	–	–	–	282.302
5+ anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.585	–	–	–	–	–	185.389
6+ anos após o aviso	6.431	47.674	56.443	–	–	–	–	–	–	110.548
7+ anos após o aviso	6.432	48.501	–	–	–	–	–	–	–	54.933
8+ anos após o aviso	6.420	–	–	–	–	–	–	–	–	6.420
Estimativa na data base (2023) (a)	6.420	48.501	56.443	74.585	97.235	101.932	180.925	140.297	125.956	832.294
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.606	56.189	72.973	91.708	98.616	177.406	135.507	97.018	782.442
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	1	1.895	254	1.612	5.527					



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	145.180	124.516	117.417	781.189
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	96.353	168.801	133.190	-	681.544
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.026	170.014	-	-	542.007
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.519	96.319	-	-	-	370.721
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.583	90.969	-	-	-	-	273.236
5+ anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	72.363	-	-	-	-	-	182.457
6+ anos após o aviso	6.417	47.428	55.923	-	-	-	-	-	-	109.768
7+ anos após o aviso	6.418	47.421	-	-	-	-	-	-	-	53.839
8+ anos após o aviso	6.410	-	-	-	-	-	-	-	-	6.410
Estimativa na data base (2023) (a)	6.410	47.421	55.923	72.363	90.969	96.319	170.014	133.190	117.417	790.026
Pagamentos efetuados (b)	6.410	46.492	55.669	71.493	87.953	93.391	166.496	128.464	90.830	747.198
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	-	929	254	870	3.016	2.928	3.518	4.726	26.587	42.828
Sinistros a Liquidar Total										42.828

20. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas – Seguros e Previdência:	5.734.682	3.742.890
Ajustes:		
Direito creditório	(13.547)	(13.351)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a)	(31.973)	(38.418)
Provisões técnicas – resseguros (redutores) (b)	(10.622)	(9.197)
Total a ser coberto	5.678.540	3.681.924
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	5.801.529	3.768.351
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	1.076	727
Equivalente de caixa	32.626	6.848
Total dos ativos vinculados	5.835.231	3.775.926
Ativos bloqueio judicial – não vinculado a cobertura de reserva		
Total de aplicações	5.835.231	3.775.151
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	156.691	94.002

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 25.781 (R\$ 30.800 em dezembro de 2022) e Não Circulante R\$ 25.143 (R\$ 29.073 em dezembro de 2022), total R\$ 50.924 (R\$ 59.873 em dezembro de 2022) sendo redutores R\$ 31.973 (R\$ 38.418 em dezembro de 2022) e não redutores R\$ 18.951 (R\$ 21.454 em dezembro de 2022).

(b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 11.835 (R\$ 8.796 em dezembro de 2022) e Não Circulante R\$ 4.621 (R\$ 4.666 em dezembro de 2022), total de R\$ 16.456 (R\$ 13.463 em dezembro de 2022) sendo redutores R\$ 10.622 (R\$ 9.197 em dezembro de 2022) e não redutores R\$ 5.834 (R\$ 4.266 em dezembro de 2022).

21. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

21.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados a contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (Notas 17 e 18). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados a contratos existentes:

Probabilidade de Perda	Causas Cíveis – Relacionadas a Sinistros/Benefícios			31/12/2022		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	61	4.270	4.270	64	6.505	6.505
Possível	159	16.396	-	151	16.386	-
Remota	6	212	-	8	810	-
Total	226	20.878	4.270	223	23.701	6.505

21.2. Outros débitos – provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros Débitos" conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas Cíveis – Não relacionadas a sinistros/benefícios			31/12/2022		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	34	1.762	1.762	23	333	333
Possível	237	9.536	-	181	6.126	-
Remota	4	64	-	11	242	-
Total	275	11.362	1.762	215	6.701	333

Probabilidade de perda	Causas Fiscais			31/12/2022		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	1	48	48	1	43	43
Possível	6	1.651	-	5	1.510	-
Total	7	1.699	48	6	1.553	43
Total geral	282	13.061	1.810	221	8.254	376

21.3 Outras contas a pagar – obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/11/2022	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	8.628	-	805	9.433
PIS	1.402	-	130	1.532
Total - obrigações fiscais	10.030	-	935	10.965

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
COFINS	7.537	369	722	8.628
PIS	1.225	60	117	1.402
Total - obrigações fiscais	8.762	429	839	10.030

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365	10.965
Total 31/12/2023	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365	10.965

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.597	1.402	9.829	8.628	11.426	10.030
Total 31/12/2022	1.597	1.402	9.829	8.628	11.426	10.030

(a) Temos as seguintes discussões de PIS/COFINS:

- Lei 9.718/98 (tese ampla) - MS nº00008694720074025101 - Pasta: 005774-6 - Período: decênio anterior ao ajuizamento da ação (data de janeiro/1997), anterior, portanto, à vigência da Lei nº 9.718/98 - Decisões de primeira e segunda instâncias parcialmente favoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).
- Lei 12.973/14 - Ativo Garantidor - MS nº 50704548320154047100 - Pasta: 017515-3 - Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras); e
- Lei 12.973/14 - Ativo Livre - MS nº50704521620154047100 - Pasta: 017518-8 - Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).

21.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	309	1.240
Fiscais	12.409	11.468
Total depósitos judiciais	12.718	12.708

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	11.468	9.955
Adições	-	956
Atualização monetária	941	557
Saldo final	12.409	11.468

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

22.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$ 98.108 (R\$ 66.482 em 31 de dezembro de 2022) são compostas por:

(i) Reserva legal em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2022) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor,

(ii) A Reserva estatutária, no valor de R\$ 83.670 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.338 em 31 de dezembro de 2022), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital

próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

(iii) Dividendos antecipados declarados e pagos de R\$65.000 em 06 de setembro de 2023, aprovado em Assembleia no dia 31 de agosto de 2023.

22.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de uma perda de R\$ 1.004 (R\$ 2.372 em 31 de dezembro de 2022).

22.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido no ano	122.332	88.588
Base para a distribuição de dividendos	122.332	88.588
Dividendo mínimo obrigatório	61.166	44.294
Total destinação do lucro líquido	122.332	88.588
Constituição de reserva estatutária	61.166	18.588
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	-	40.000
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	61.166	4.294
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	25.706
Dividendos intermediários pagos - A contar para o mínimo obrigatório	65.000	40.000
Oriundos do lucro do exercício	50.000	40.000
Com baixa de reserva de lucros	15.000	-

22.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	169.292	136.298
Ajustes contábeis	(9.269)	(16.465)
Despesas antecipadas	(1)	(647)
Ativos intangíveis	(91)	(44)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(9.177)	(15.774)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	39.352	45.314
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	460	870
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	38.892	44.444
Subtotal PLA - nível	199.375	165.147
PLA Nível I	152.387	111.246
PLA Nível II	39.352	45.314
PLA Nível III	7.636	8.587
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	199.375	165.147
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	6.288	3.688
Capital de risco de subscrição	102.319	104.315
Capital de risco - mercado	3.631	4.845
Capital de risco - redução por correlação	(5.643)	(5.307)
Capital de risco - operacional	8.503	5.241
Capital de risco (CR) (b)	115.098	112.782
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	115.098	112.782
Patrimônio líquido ajustado	199.375	165.147
(-) Exigência de capital - EC	(115.098)	(112.782)
Suficiência de capital - R\$	84.277	52.365
Suficiência de capital (% da EC)	173%	146%

23. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se às transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Icatu Seguros S.A. (ligada) (a)	9.295	10.393	(2.487)	(5.202)	(48.060)	(56.076)	112.511	124.603
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (e)	-	-	-	(2)	(67)	(11)	-	-
Icatu Assessoria S.A. (ligada) (b)	-	-	(9.121)	(8.747)	(111.445)	(103.877)	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A (controladora) (d)	-	-	-	(4.294)	-	-	-	-
Rio Grande Capitalização S.A (ligada) (c)	9.834	6.701	-	-	(16.362)	(13.586)	-	-
Total	19.129	17.094	(11.608)	(18.245				



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

25.3. Custo de aquisição - seguros

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões sobre prêmio emitido	(224.148)	(226.106)
Varição despesa de comercialização diferida	(8.819)	(3.294)
Outras despesas de comercialização	(1.360)	(1.382)
Total	(234.327)	(230.782)

25.4. Outras despesas operacionais - seguros

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com cobrança	(7.688)	(7.660)
Reversão da provisão para contingências cíveis	(949)	(208)
Reversão de provisão para riscos de créditos	(267)	(44)
Despesas com títulos de capitalização	(17.126)	(17.640)
Outras receitas e despesas operacionais	(5.677)	(4.113)
Total	(31.707)	(29.665)

25.5. Resultado com operações de resseguro - seguros e previdência

	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de indenização - seguros	9.209	7.407
Recuperação de indenização de beneficiários - previdência	186	186
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(15.947)	(10.255)
Prêmio cedido em resseguro - previdência	(502)	(166)
Varição dos sinistros ocorridos - seguros	(72)	839
Varição das provisões técnicas - seguros	1.431	1.566
Varição das provisões técnicas - previdência	151	74
Outros resultados com operações de resseguro	234	120
Total	(5.310)	(229)

25.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL - previdência

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	2.030.019	1.237.559
Receitas de contribuições planos	30.032	27.969
Restituições	(3.195)	(2.019)
Rendidas de contribuições e prêmios de VGBL	2.056.856	1.263.509
PMBAC - planos de renda	(1.513.474)	(923.872)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.513.474)	(923.872)
Total	543.382	339.637

25.7. Variação das outras provisões técnicas - previdência

	31/12/2023	31/12/2022
PPNG - Planos reparação simples	8	(2)
PPNG - Planos de renda	(7)	(22)
PVR - Planos renda	(542.929)	(338.781)
Despesas com benefícios e resgates	(464)	(1.016)
Outras provisões	(208)	(173)
Total	(543.600)	(339.994)

25.8. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal próprio	(955)	(957)
Serviços de terceiros*	(128.219)	(126.659)
Localização e funcionamento	(546)	(925)
Publicidade e propaganda	(7.631)	(6.875)
Publicações	(420)	(135)
Donativos e contribuições	(2.579)	(1.404)
Despesas administrativas diversas	(124)	(42)
Total	(140.474)	(136.997)

*Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A

Conselho de administração

Presidente: Fernando Guerreiro de Lemos

Demais Conselheiros: Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Luiz Carlos Caio Tomazeli; Luciano Soares.

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.13, 3.14, 17 e 18 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13, 3.14, 17 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída, quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.

Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e do teste de adequação dos passivos.
- conciliação das bases de dados operacionais suporte a PMBaC, IBNR e PPNG - RVNE com os respectivos saldos contábeis.
- teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG - RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente.
- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG - RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

25.9. Despesas com tributos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	(1.757)	(868)
COFINS	(26.472)	(23.183)
PIS	(4.304)	(3.768)
Taxa de fiscalização	(2.583)	(2.936)
Outras despesas com tributos	(46)	(72)
Total	(35.162)	(30.827)

25.10. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Categoria - valor justo por meio do resultado	566.907	349.805
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	565.662	348.629
Outras receitas financeiras	1.245	1.176
Categoria - disponível para venda	6.441	9.411
Quotas de fundos de investimento - Exclusivos	6.441	9.411
Total - receitas financeiras	573.348	359.216
Categoria - valor justo por meio do resultado	(148)	(142)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(148)	(142)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - previdência	(24.240)	(21.817)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - seguros	(510.475)	(301.827)
Outras despesas financeiras	(2.290)	(1.168)
Total - despesas financeiras	(537.153)	(324.954)
Total	36.195	34.262

26. Conciliação dos impostos de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	201.853	201.853	147.438	147.438
ADIÇÕES	11.288	11.288	9.582	9.582
Adição permanente	588	588	360	360
Doações e patrocínios indedutíveis	2.551	2.551	1.364	1.364
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	1.435	1.435	-	-
Outras provisões	575	575	441	441
PIS e COFINS diferido	5.203	5.203	6.149	6.149
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	936	936	1.268	1.268
EXCLUSÕES	(6.639)	(6.639)	(6.740)	(6.740)
Outras provisões	(1.302)	(1.302)	(510)	(510)
PIS e COFINS diferido	(4.522)	(4.522)	(5.203)	(5.203)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	(17)	(17)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(815)	(815)	(1.010)	(1.010)
Resultado ajustado	206.502	206.502	150.280	150.280
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15% + 1%
Despesas com IRPJ/CSLL	(51.602)	(30.975)	(37.563)	(23.191)
Incentivos fiscais	2.413	-	1.364	-
Reversão da provisão de créditos tributários	402	241	336	204
Despesas com IRPJ/CSLL	(48.787)	(30.734)	(35.863)	(22.987)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	24,2%	15,2%	24,3%	15,6%

Com fim da vigência da Medida Provisória nº 1.115, a alíquota da CSLL passou de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

27. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2023 da Icatu Seguros S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6





RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Porto Alegre - RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que

garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

Daniela Sedel
Atuário MIBA 1721
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil



Anexo I

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	5.734.682
Total de ativos de resseguro	16.456
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	6.243
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2023
Provisões Técnicas auditadas (a)	5.734.682
Valores redutores auditados (b)	56.142
Total a ser coberto (a-b)	5.678.540
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	115.098
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	115.098
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	199.375
Ajustes Econômicos do PLA	39.352
Exigência de Capital (CMR) (b)	115.098
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	84.277
Ativos Garantidores (d)	5.835.231
Total a ser Coberto (e)	5.678.540
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	156.691
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2023
0990	400
0929, 0977, 0982, 0984, 0993, 1061, 1065, 1198, 1381, 1391	2.000

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

Assinado digitalmente por EMPRESA
JORNALISTICA J C JARROS
LTDA:92785989000104
Data: 27/02/2024 00:11:30 -03:00

